

Especial: A História de Paulo Afonso, 52 anos (para leitura e pesquisa)

Este texto foi publicado todos os anos no jornal Folha Sertaneja desde Julho de 2004, e na edição online, como fonte de pesquisa . É republicado em outros sites como o de Osildo Alves, em 27/07/2010.

Antônio Galdino

João Tavares



Paulo Afonso hoje, aos 52 anos

Nesta quarta-feira, 28 de Julho, Paulo Afonso completa 52 anos. Veja Aqui: a origem do nome; o nascimento e importância da Chesf ; Abel Barbosa no cenário político ; a "cidade" da Chesf e a Vila Poty; a história da emancipação política.

A origem do nome PAULO AFONSO

A origem do nome Paulo Afonso dado às grandes quedas d'água do Rio São Francisco na divisa dos Estados da Bahia e Alagoas, tem versões contraditórias, algumas delas de sabor puramente popular, sem nenhuma fundamentação histórica.

Fala-se de exploradores ligados à expedição de Martin Afonso de Souza, um deles que se chamaria Paulo Afonso, que teria descoberto estas cachoeiras em 1553.

Outra versão fala de dois padres - Paulo e Afonso - que teriam sido engolidos pelas águas agitadas da grande cachoeira, quando desciam o São Francisco em tosco barco de madeira, em suas viagens de evangelização e catequese.



Estudiosos afirmam que, até 1725, não há nenhum registro, nos arquivos do Brasil e de Portugal, que se refira a estas quedas

d' água com o nome de Paulo Afonso. Até esta data as quedas eram conhecidas como Sumidouro, Cachoeira Grande e Forquilha.

Em 3 de outubro de 1725, o português Paulo Viveiros Afonso recebeu uma sesmaria, nas terras da capitania de Pernambuco, cujo limite era o rio São Francisco, no local as grandes cachoeiras. Estendendo seus limites para o outro lado do rio, Paulo Viveiros Afonso teria criado o arraial que ficou conhecido com Tapera de Paulo Afonso.

As terras ribeirinhas da Cachoeira, ao longo do Rio São Francisco, no que seria Município de Glória, na Bahia, ficaram conhecidas como pouso das boiadas que cruzavam o sertão, pousavam ali por uns tempos e seguiam viagem até Feira de Santana, grande feira de gado, pólo comercial da época. A criação de gado era um dos esteios econômicos da região, ao lado dos engenhos de cana de açúcar.

O nome Paulo Afonso, recebido pelo município criado pela Lei Estadual 1.012, de 28 de julho de 1958, veio da Cachoeira de Paulo Afonso, de Paulo Viveiros Afonso. Este também é o nome das Usinas I, II, III e IV, construídas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco na região, a partir do final dos anos 40, em 1949, um ano depois da criação desta empresa, acontecido em 15 de março de 1948.

Nasceu a Chesf – energia para o desenvolvimento do Nordeste



Diário Oficial da União nº 228, de 9 de outubro de 1945 publica, em sua Seção I – Atos do Governo – o Decreto-Lei nº 8031, de 3 de outubro deste ano que “autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco”. “Art. 1º - Fica o Ministério da Agricultura autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, destinada a realizar o aproveitamento industrial progressivo da energia hidráulica do rio São Francisco.” Era o governo de Getúlio Vargas.

Na mesma data o Decreto nº 19.706 limitava a área de ação da Chesf, compreendida numa circunferência de 450km de raio cujo centro é a Cachoeira de Paulo Afonso. As mudanças políticas no Governo Federal adiaram a criação da Chesf, que só em 15 de março de 1948, no governo de Eurico Gaspar Dutra, teve a sua primeira diretoria constituída.

Começaram as obras da primeira usina da hidrelétrica em Paulo Afonso e a construção da Barragem Delmiro Gouveia para fechar o rio impetuoso, obra genial de nordestinos sob a liderança do engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, diretor técnico da Chesf.

A chegada da Chesf na região causou grande reboição no Nordeste. Milhares de nordestinos chegavam para a grande obra. Houve um tempo em que eram mais de 11 mil os empregados da hidrelétrica. A sua criação gerou dois ciclos de desenvolvimento para o Nordeste: o de antes e de depois da Chesf.

Se o Nordeste sofreu tamanha influência a partir da geração de energia elétrica das usinas instaladas em Paulo Afonso, imagine o que isso representou e ainda representa para a região. Vários municípios nasceram depois da Chesf, inclusive Paulo Afonso.

O crescimento populacional da localidade foi vertiginoso com a chegada de milhares de nordestinos que mudaram seus rumos. Ao invés de irem para São Paulo, agora era Paulo Afonso o seu destino.

A localidade de Paulo Afonso logo chegou a Distrito de Glória, em 1954 e elegeu 4 dos 9 vereadores da Câmara Municipal daquele município. Quatro anos depois o Distrito se tornava independente, virava município e nele já moravam mais de 25 mil

pessoas.

Nesse tempo e por muitos anos, tudo girava em torno da Chesf. Em seu acampamento – a cidade da Chesf – estavam os serviços públicos, a igreja católica, os clubes sociais, o hospital, as escolas para os filhos dos funcionários, as ruas planejadas, sistema de água, esgoto e energia elétrica funcionando. Do outro lado, a Vila Poty, desajeitada, sem nenhuma infra-estrutura onde moravam os “cassacos” como eram chamados os trabalhadores mais humildes da hidrelétrica.

As obras das escavações dos túneis e construção das usinas tiveram início em Paulo Afonso em 1949 e se estenderam por quase 50 anos, produzindo emprego e renda para milhares de sertanejos.

Das usinas de Paulo Afonso, do pioneirismo de milhares de nordestinos, muitos deles dizimados pela malária e dureza da obra, foi gerada quase toda a energia de que precisa o Nordeste para continuar crescendo.

A primeira usina da Chesf construída em Paulo Afonso e inaugurada pelo presidente Café Filho em 15 de janeiro de 1955, produzia 180 mil kW de energia elétrica, um exagero para muitos. Mas a demanda obrigou a construção de outras usinas. Vieram a 2ª, a 3ª e a 4ª usinas, além pioneira Usina Piloto, todas em Paulo Afonso e Usina Apolônio Sales, no Estado de Alagoas, na divisa com Paulo Afonso que, juntas, produzem 4 milhões, 280 mil kW.

A elas se juntam as Usinas Luiz Gonzaga, em Petrolândia/PE e Usina de Xingó, na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe, todas do Complexo Paulo Afonso. No total estas Usinas somam 8 milhões, 942 mil kW, ou 86% de toda a energia produzida pela Chesf .

“A história da Chesf é assim. Começou a funcionar em 1948. Um tempo em que o Nordeste ficava pequeno para tanto potencial. A região estava sedenta de novos negócios. E a empresa usou a água do Rio São Francisco para matar a sede do crescimento. Desbravou as imensas montanhas de pedras dos sertões para construir hidrelétricas. Gerou a força necessária para instalação de indústrias, comércio e serviços, fazendo nascer milhares de empregos”, é o que traz relatório da empresa.

A presença da Chesf teve e tem uma influência enorme no desenvolvimento de todo o Nordeste onde, em cinqüenta anos, a população saltou de 14 para 45 milhões de habitantes, o índice de analfabetos caiu de 69% nos anos 50 para menos de 30% hoje. Caiu também o índice de mortalidade infantil, de 155 crianças mortas em cada mil para 59 a cada mil. O PIB do Nordeste, que era de 3,5% no início dos anos 50 hoje é de quase 7% (maior que o do Brasil, que é de 6%).

O aumento da oferta de energia elétrica para o Nordeste mudou de 2,1 do Brasil para 14% do que se consome no país e o consumo per capita, passou de 6,2% para 54% do Brasil.

Essa oferta trouxe mudanças consideráveis na vida econômica da região onde, há cinqüenta anos, 76% do seu desenvolvimento era baseado no setor agropecuário. Hoje, a indústria é responsável por 25%, os serviços por 63% e a agropecuária por apenas 12%, segundo dados da Chesf (2002). Com isso, melhorou a qualidade de vida dos nordestinos, cuja expectativa de vida, que era de 42 passou para 64 anos.

“Existem conquistas no setor elétrico brasileiro que só a Chesf possui. A empresa tem o maior parque gerador de energia e o maior número de hidrelétricas. São 14 usinas e 2 termelétricas com capacidade de produzir 10 milhões e 703 mil kW. Potência para gerar desenvolvimento para uma área de mais de 1 milhão de km², correspondente a 15% do território brasileiro.

E a força da Chesf vem das águas. As hidrelétricas representam atualmente 96% do parque gerador. A maioria das usinas está localizada no Rio São Francisco. Somando pioneirismo com investimentos, assume o compromisso de ajudar o Nordeste a romper barreiras no século 21 e a ficar sintonizado com a tecnologia, trazendo desenvolvimento para seu povo.”

ABEL BARBOSA no cenário político de Paulo Afonso



Abel Barbosa - pioneiro da emancipação política de Paulo Afonso

A necessidade crescentes de investimentos no Distrito de Paulo Afonso, que crescia intensamente a cada dia, a falta de recursos para esses investimentos, centralizados em Glória, as distâncias dos serviços públicos, cartórios, Prefeitura, Câmara de Vereadores, também estabelecidos na sede do município, a 30 quilômetros de Paulo Afonso, somados com os atos discriminatórios dos dirigentes da Chesf que coíbiam o livre trânsito dos moradores da Vila Poty no Acampamento da hidrelétrica e a perseguição política que esta empresa fazia com os seus adversários, chegando a demitir empregados como Gilberto Leal por pertencerem ao "grupo de Abel", foram fatores que acirravam a cada dia os ânimos e incendiava a campanha para a emancipação política de Paulo Afonso.

Dentre os pioneiros desse movimento, destaca-se um baixinho, de um metro e meio de altura, natural de Pesqueira/PE, que chegou em Paulo Afonso no dia 4 de setembro de 1950 para o sepultamento do seu pai, João Barbosa da Silva, pedreiro, trabalhador da empresa que construía as casas tipo "O" para a Chesf. Por insistência de sua mãe, Quitéria Maria de Jesus, nome de colégio estadual no bairro Tancredo Neves, "acabei ficando por uns tempos que já duram 54 anos".

Em declaração no livro Paulo Afonso - de Pouso de Boiadas a Redenção do Nordeste, Abel fala de sua atuação política em Paulo Afonso: "Político atuante, eu sempre fui, desde os 14 anos quando trabalhava nas campanhas políticas de Apolônio Sales, Agamenom Magalhães e outros políticos no Estado de Pernambuco, nas cidades de Pesqueira, Canhotinho, Catende e Angelim, de onde vim para Paulo Afonso".

Aqui, foi o primeiro chefe de escoteiros o que lhe rendeu a alcunha de Chefe Abel.

"A discriminação revoltante entre a cidade da Chesf, dos ricos, e a Vila Poty, dos miseráveis, irmãos separados por uma cerca de arame farpado, que conseguiu ser piorada quando em seu lugar ergueram um grotesco muro de pedras, foi minha bandeira de campanha para vereador pelo Distrito de Paulo Afonso na Câmara de Glória, em 1954".

Nesse ano, quatro candidatos do Distrito foram eleitos: Abel Barbosa, o mais votado, Otaviano Leandro de Moraes, que seria o primeiro prefeito de Paulo Afonso, em 1958, Hélio Moraes de Medeiros, conhecido como Hélio Garagista e Moisés Pereira de Souza.

Como político e chefe dos escoteiros, tinha muitos seguidores e era muito querido pelos mais humildes. Contam seus contemporâneos que certa vez um desses casebres humildes da Vila Poty estava em chamas e uma criança estava dentro da casa. Abel pediu que lhe jogassem um balde água, enrolou a cabeça numa toalha molhada e entrou no meio das chamas saindo do outro lado, chamuscado, com a criança viva nos braços. Virou herói.

Abel minimiza seu ato dizendo que "os incêndios nesses barracos eram coisa freqüente".

Outro fato marcante em sua trajetória foi quando, "em pleno gozo dos seus direitos políticos, como vereador, foi impedido de entrar no Acampamento da Chesf, onde estavam todos os serviços públicos de Paulo Afonso, por uma decisão do então administrador da época, Sílvio Quintela"; diz José Rudival, um dos abelistas também impedido de entrar na Chesf.. "Já no dia 4 de setembro o grupo de escoteiros dirigido por Abel foi impedido pela Chesf de participar do desfile cívico do dia 7 de setembro, que era organizado pela hidrelétrica".

E acrescenta Rudival: "Com a proibição da nossa entrada na Chesf, os ânimos se exaltaram. A proibição se estendia a outros abelistas como Pedro Mendes, José Freire da Silva, Ivan Vicente Ferreira e outros. Decidimos então entrar na marra. Abel enrolou-se com a Bandeira do Brasil e seguimos direto para a casa do Juiz, Dr. Hélio Alves da Rocha, que morava próximo à Casa de Hóspedes, na Vila Alves de Souza. Pouco depois da nossa chegada, a casa do juiz estava cercada por cerca de 15 guardas da Chesf, comandados pelo seu chefe, Nilo Fan. O juiz mandou a guarda se retirar e, felizmente, não houve confronto".

O fato chegou ao conhecimento do governador Antônio Balbino que determinou a transferência de órgãos públicos como Banco e Correios para a Vila Poty.

Hoje, afastado da política, Abel é lembrado como um dos grandes líderes e o principal mentor da emancipação política de Paulo Afonso.

A "cidade" da Chesf e a Vila Poty



Cerca de arame farpado separavam a "cidade da Chesf" da Vila Poty

Para a construção de suas obras, a Chesf separou o Acampamento da empresa dos arruamentos que foram surgindo na chamada Vila Poty. Esta separação aconteceu, primeiramente com uma cerca de arame farpado que foi, depois, substituída por grande muro de pedras, reforçado por uma cerca de arame farpado, com uma extensão de cerca de um quilômetro, desde a Guarita Principal da Chesf, ao quartel do exército.

A guarita principal tinha três entradas: uma para o Acampamento da Chesf, onde estavam os serviços essenciais para a comunidade como escolas, mercado, cooperativa, feira livre, banco, campo de futebol, igreja católica, posto médico infantil, o COPA. Outra entrada dava para o hospital, os escritórios da empresa e para o Bairro General Dutra. Uma terceira permitia o acesso dos empregados ao imenso canteiro de obras. Além da Guarita Principal, o acesso ao Acampamento da Chesf era possível também por duas outras entradas, uma na chamada Rua "D" e outra junto à Escola Murilo Braga (hoje Carlina).

Vigilantes da própria empresa faziam o controle de acesso a estas áreas assim como todo o serviço de segurança da hidrelétrica, incluindo o acampamento com seus bairros dos operários e dos profissionais mais qualificados, os clube sociais, campo de futebol e áreas das usinas.

A cidade da Chesf foi planejada com um Bairro Operário, chamado Vila Alves de Souza onde moravam os empregados mais humildes. Nela estavam o Clube Operário — COPA — também freqüentado por esses empregados, a Igreja de São Francisco, a Cooperativa da Chesf (o supermercado da época), o mercado público e a feira livre (onde hoje funciona a UNEB), o Banco da Bahia, único da cidade, ao lado do mercado público, as Escolas Murilo Braga (hoje Carlina), Alves de Souza (hoje Direc), Adozindo Magalhães de Oliveira (hoje Montessori), o campo de futebol (hoje Estádio Álvaro de Carvalho), o Posto Médico Infantil (hoje APAE), a Casa de Hóspedes, (para hospedar os empregados menos graduados que chegavam para serviço temporário na hidrelétrica), o Hospital Nair Alves de Souza.

Em outro bairro, o General Dutra, ficavam as residências dos empregados mais graduados, engenheiros, chefes de repartições. Ali também estava o Clube Paulo Afonso, freqüentado por esses empregados e o Ginásio Paulo Afonso, onde estudavam seus filhos, e a Casa da Diretoria, onde se hospedavam os diretores da empresa, autoridades brasileiras, inclusive presidentes da República que visitavam as obras da Chesf.

Do lado da “cidade” da Chesf, crescia desordenadamente a Vila Poty, sem qualquer urbanização, casas de taipa, outras de alvenaria, ruas sem saída, esgotos a céu aberto, água só nos chafarizes, sem luz elétrica, sem escolas.

Era chamada de Vila Poty porque grande número de suas casas eram forradas e cobertas por sacos de cimento desta marca, usado em grande quantidade na construção das barragens da Chesf. Do mesmo modo, existe, no lado alagoano, um povoamento da Chesf chamado Vila Zebu, marca do cimento utilizado pela hidrelétrica naquele lado da barragem.

Duas realidades bem distintas existiam naquele tempo. De um lado a “cidade” da Chesf, com casas de alvenaria, modernas, ruas planejadas, jardins, água encanada, luz elétrica, hospital, escolas, clubes sociais, vigilância. Do outro lado, Era a Vila Poty. Separando estas duas realidades, a Chesf e a Vila Poty, a hidrelétrica construiu uma cerca de arame farpado com cerca de um quilômetro, da guarita principal da empresa até o quartel do exército.

Essa separação trouxe muitos dissabores e discórdia entre políticos pauloafonsinos que atuavam como vereadores na Câmara Municipal de Glória, de que Paulo Afonso era distrito, desde 1954, e os dirigentes da Chesf. E surgiram vários movimentos para a emancipação política de Paulo Afonso, o que lhe permitiria ter maiores condições de crescimento e de autonomia em relação à Chesf.

À frente desses movimentos, os vereadores Abel Barbosa, José Rudival, e D. Risalva e seu esposo Raimundo Toledo, estudantes do Ginásio Paulo Afonso e escoteiros do Chefe Abel.

O rigor do controle de acesso às áreas do Acampamento, naquela época, motivou movimentos políticos que acabaram reforçando a idéia da emancipação política de Paulo Afonso. Acabar com o muro passou a ser bandeira de luta do então vereador Abel Barbosa.

O sonho de Abel, de destruir o muro que separava os pauloafonsinos teve que ser adiado e só se concretizou em sua segunda gestão como prefeito de Paulo Afonso, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Governador Antônio Carlos Magalhães, em agosto de 1979 permanecendo no cargo até 31 de dezembro de 1985.

Destruído o muro da Chesf, “o muro da vergonha”, foi criado o calçadão da Avenida Getúlio Vargas que hoje abriga hotel, lojas, restaurantes e bares e se transformou no ponto de encontro dos jovens pauloafonsinos. Um pedaço do muro original de pedras, com cerca de 20 metros, ainda existe ligado ao muro do quartel da 1ª Cia. de Infantaria (Exército), no local onde foi instalado um ponto de ônibus urbano, em frente à Praça D. Jackson.

Esse muro separatista mereceu monografia de graduação em Comunicação do jovem pauloafonsino, André Luiz O. Pereira de Souza e é tema do vídeo de sua autoria, “Paulo Afonso: um muro, duas cidades”, “produzido como projeto experimental, realizado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Radialismo e Televisão, da Universidade Federal de Sergipe, em dezembro de 2002”.

A emancipação política de Paulo Afonso



De novo, Abel Barbosa, na festa do aniversário de Paulo Afonso

Os primeiros passos para a emancipação política de Paulo Afonso foram dados quando quatro dos nove vereadores da

Câmara Municipal de Glória foram eleitos pelo Distrito de Paulo Afonso.

A luta para essa emancipação, apesar da resistência natural dos glorienses e de dirigentes chesfianos, segundo José Rudival , “era irreversível, porque o que se via era o crescimento muito grande do Distrito, superando em muito, o crescimento do município sede, Glória.”

Mas, dentro da própria Câmara, lembra Abel, havia veradores como Manoel Moura, líder da situação, que acabou sendo um dos grandes amigos que fiz e que foi um baluarte na defesa, junto aos seus colegas de bancada, da necessidade de apoio para que se conseguisse o número de votos de que precisávamos para que a indicação fosse aprovada e pudesse o processo ser enviado à Assembléia Legislativa da Bahia.”

Foram sessões de intensa movimentação na Câmara de Glória, nos dias 8, 9 e 10 de outubro de 1956. Surgiram duas indicações como mesmo objetivo. Uma, de Abel Barbosa e outra de José Ivan de Souza, que acabaram sendo apresentadas conjuntamente. Um dos votantes foi o vereador Moisés Pereira, que mesmo doente fez questão de comparecer e votar pela emancipação. Para isso, segundo o pioneiro Diogo Andrade Brito, Abel providenciou um Jeep para transportar Moisés Pereira e assegurar a sua presença e o seu voto na Câmara de Glória, distante 30 km de Paulo Afonso. O seu estado de saúde levou a várias interrupções da sessão e, acredita-se que a sua tenacidade tenha influenciado a outros vereadores.

A Indicação para o desmembramento do Paulo Afonso do Município de Glória foi aprovada e encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, no dia 10 de outubro de 1956.

Ali, a atuação dos deputados Otávio Drumond e Batista Neves, ambos do PTB, mesmo partido de Abel, garantiram a aprovação do Projeto de Lei nº 910/57, do deputado Clemens Sampaio, propondo a criação do Município de Paulo Afonso, o que foi aprovado pelos deputados baianos e se transformou na Lei Estadual nº 1.012/58, sancionada pelo governador Antônio Balbino no dia 28 de julho de 1958 e publicada no Diário Oficial no dia 2 de agosto de 1958.